

Homem, em Cristo e por Cristo, universal concreto da Humanidade, indivíduo humano igual ao seu género ou espécie! Para o fim do individualismo egoísta!”³¹.

Este exercício de desdobramento constante entre o universal e o particular, entre reflexão e acção ao qual somos solicitados enquanto anunciadores do Reino de Deus e promotores da justiça, envolve também o desafio de nunca limitar a busca da justiça a um plano estritamente político, ou, o que seria ainda pior, a um nível ideológico ou tecnocrático da política.

O sentido de universalidade que é conferido pelo facto de se ter apenas em Cristo a última e primeira das referências tem também os seus custos. E D. António comprovou-o bem ao ser exilado pelo conservadorismo do Antigo Regime e duramente criticado ou ostracizado pelo radicalismo de alguns sectores da sociedade e mesmo da Igreja após o 25 de Abril.

Nesse palco sempre em mutação que é a vida, e onde o drama a que assistimos e onde inevitavelmente nos envolvemos é a luta e a tensão entre bem e mal, a mensagem legada pela vida e obra de D. António não deixa grandes dúvidas: “Só no Evangelho, só na imitação de Cristo, ou no caminho real da Santa Cruz se pode pôr a nossa esperança”³².

Por essa senda quis ele que caminhasse o *homem novo*, e nela modelou o perfil de uma antropologia universalista e genuína.

JOSÉ ACÁCIO CASTRO

³¹ *Economismo ou humanismo?* cit., 340-341

³² *Rearmamento moral e desmilitarização*, cit., 62.

Uma leitura do tempo de D. António

Uma palavra, em suma, domina e ilumina os nossos estudos: “compreender”.

Marc BLOCH

É uma vida que começa depois de o século começar e acaba antes de o século acabar – uma vida toda metida no século XX. E cheio de luz na Luz de Deus – a vida de um bispo luminoso que, numa tarde de princípios dos Anos 70, me recebeu para uma conversa à volta do senhor D. Pedro, Duque de Bragança, Príncipe Regente em nome de Dona Maria II. Na minha frente, estava o bispo que, muito antes, me administrara o sacramento do Crisma, na igreja de Santa Rita, anexa ao Colégio da Formiga. Agora, na qualificada figura de reconhecido Mestre. Queria ouvi-lo sobre o regalismo do Liberalismo, na sua época determinante. E ouvi. Ou melhor – aprendi, na lição de uma hora, mais do que tinha aprendido durante dois anos de seminário da licenciatura em História.

Ponto 1

Quando a roda do tempo fazia entrar o Mundo no século XX, a Europa corria a duas velocidades – não só no andamento que separava a região atlântica e a região continental (na diferença que lançava raízes na formação da paisagem urbana e no peso da ruralidade), mas também, e sobretudo com maior visibilidade política, no contraste entre os avanços do regime democrático e as resistências da autocracia.

Aqui chegava o processo de perigoso desequilíbrio que colocava de novo, no teatro do confronto, as Nações e os Impérios, introduzindo as frentes rivais na lógica da desestabilização que, incendiada pelos nacionalismos, iria dar na prevalência internacional do poderio militar sobre os sistemas da diplomacia e, proporcionando à Inglaterra e à Alemanha, potências industriais, o ajuste de contas, rebentava no estrondo da Primeira Grande Guerra.

Assim findava a bela época da burguesia triunfante, no crepúsculo do optimismo racionalista forjado no entusiasmo prometaico de muitas glórias e utopias. Nem a oposição da Internacional Socialista (em posicionamento de vigilância contra a estratégia capitalista), nem os apelos da Igreja de Pio X (angustiado perante uma sociedade tomada pela secularização e pelo ódio) lograram impedir a eclosão da tragédia, como também de pouco valeu o esforço de Bento XV para travar rancores e vinganças.

No extremo Ocidente, onde vinham soprar os ventos que a custo cruzavam os Pirenéus, agonizava o Portugal monárquico, vítima inexorável da desagregação partidária, da bancarrota financeira, das tensões ultramarinas, de todas as desgraças que lhe trouxera a crise do Ultimato, e que o Regicídio fizera cair na prostração sem remédio – o quadro sinistro onde medrava a gestação da alternativa de Regime. No cenário da realeza exausta, estala a revolta armada, sob a liderança da Carbonária, está na rua da capital a mobilização da pequena burguesia urbana (que, finalmente, aproveita a via da maior igualdade para subir à esfera do Poder), resistem os bravos da Rotunda, implanta-se a República e, pelo país inteiro, o telégrafo colhe o descontentamento e faz o resto.

É, doravante, o discurso da inteligência maçónica que inspira o aparelho ideológico do Estado na prática da cidadania e da democracia – portanto, eivado de anti-confessionalidade, anti-clericalismo e anti-catolicismo. Donde, ter sido acontecimento retumbante a edição do pacote legislativo que, em cima de um maço de diplomas com a chancela do laicismo e do cesaropapismo (de matriz liberal e pombalina), colocou a Lei da Separação para objectivamente mandar na Igreja.

Tanto entusiasmo e tanto radicalismo não teriam fôlego para durar muito. Porque vinham aí tribulações duras – a prova de fogo da Conflagração Universal e os bloqueios nacionais de um sinuoso percurso. Ente os demais, cá dentro, a postura de um bispo como D. António Barroso que aos enxovalhos e insultos soube responder que podia morrer de tudo menos de parto ou de medo. E o jacobinismo houve de ceder em face das exigências pragmáticas que aconselhavam a necessidade da reconciliação.

Corria o ano de 1916. Na carruagem do comboio puxado a locomotiva de máquina a vapor e silvo de espantar campos e bouças, vinha para a cidade do Porto um rapaz de boa cepa, com uma vocação na vida – a de ficar no seminário aluno interno e, um dia, vir a ser padre. Era filho da paróquia de Milhundos e chamava-se António.

Ponto 2

Calam-se os canhões e as bombas, acaba a Guerra, desmembram-se os Impérios Centrais (o Alemão, o Austro-Húngaro e o Otomano), resvala a Europa para o declínio – na hegemonia que perde, no desprestígio que sofre (no fratricídio que lhe retira autoridade moral sobre o Terceiro Mundo), na destruição e nas mortes que a imolam e desfiguram, na crise de valores que lhe inquieta a alma e afecta a cultura com inopinadas experiências.

Aparecem as novas grandes Potências apostadas em conquistar a vanguarda do Mundo – os Estados Unidos da América, onde o Capitalismo se agiganta, e a União Soviética, a terra imensa da velha Rússia transformada pela revolução do Socialismo, sob liderança de um partido comunista. Começa a passar um meridiano sobre o Planeta. De facto, o Ocidente agarra a tradição liberal que fundamenta a democracia. Enquanto, no Leste, a instauração do Regime Estalinista gravita sobre o eixo do Estado concentracionário, cumprindo o modelo da convenção política e da planificação económica, sob punho de ferro em nome do proletariado.

A Europa está no seio da tempestade. Tem pela frente obra titânica de reconstrução a partir de ruínas, que logo começa nos desafios da economia de paz – a rearticulação do aparelho de produção, a carestia de vida, a angústia das classes médias, a revolta dos pobres e miseráveis, as maiorias sem trabalho nem pão, a queda do poder de compra, toda a impiedosa situação contra a qual pouco efeito surtem a austeridade do racionamento e outros tratamentos de cavalo.

Tão grave ou mais, no quadro do tenebroso horizonte, era a fragilidade e a inexperiência das democracias jovens, as divisões dos partidos de Esquerda, as dissensões sindicais. Donde resultam, na sequência dos Anos 20, a receptividade à ideia do Estado salvador, onnipotente, interventor, garante da estabilidade e, por aí, a abertura ao messianismo político.

Não era tanto assim na França e na Inglaterra, de tradições constitucionais que não sacrificavam a Liberdade aos ídolos das multidões ululantes. Muito menos nos Estados Unidos, onde a tentação autoritária não

tem húmus para plantar raiz. E, no entanto, na Terra da Promissão, onde se reerguia à vista de todos o luzeiro da crença na vida feliz, os progressos fulgurantes da reedificação traziam o diabo no ventre.

Naturalmente, previsivelmente, uma extensão da instabilidade europeia vinha até ao Portugal da Primeira República, em poucos anos transformada no teatro da desilusão. Aqui haviam chegado as contradições do Regime, o desconhecimento do país real, os excessos parlamentares, a indisciplina partidária, a corrupção, as rebeliões, os atentados, os crimes de sangue, o descrédito das instituições.

Rolava o ano de 1928 quando o aluno teólogo, António Ferreira Gomes, terminava os estudos em Roma. De regresso à Pátria, onde iria receber ordenação de presbítero e cantar missa nova, reflectia certamente com bom grau de maturidade na evolução que levava o Movimento de 28 de Maio, desencadeado havia dois anos, e agora definido em Ditadura Militar. Pelo que via, pelo que lia na imprensa, pelo que ouvia na rádio, a pensar na relação da Igreja e do Estado (objecto primeiro entre assuntos humanos a que não se queria alheio), ganhava o lúcido entendimento da conjuntura que a experiência europeia lhe clarificava. Efectivamente, podia comparar. E também prever a aproximação ao modelo que, na Itália de Mussolini, se fazia regime de partido único e orgânica corporativa (por imposição, o que pervertia a doutrina de Pio XI). Lá como cá, havia condições para fazer o ninho onde a serpente punha o ovo.

Ponto 3

De repente, numa Quinta-Feira Negra de 1929, o pânico! Em Nova Iorque, no coração do capitalismo ocidental, a bolsa entra em colapso. Assim terminam, abruptamente, os Anos Loucos de ritmo galopante, absorvente, impressionante, que, só obediente à livre concorrência, havia feito maravilhas de crescimento industrial e urbano, especulação, superprodução. Em vertigem assustadora, baixam os preços, abrem falência fábricas e bancos, o comércio estrangula, o investimento desactiva, o desemprego alastra. Depressa, a tragédia passa o Atlântico e, nos céus da Europa, sobrevoa a nuvem dos Anos Tristes. À margem, fica a Rússia Socialista Soviética, sujeita à força de uma outra lógica.

A resposta que tem de ser dada à Grande Depressão – para relançar a produção, relançar o comércio e acabar com o desemprego, é decididamente a que opta pela intervenção do Estado. O que se faz por dois caminhos – o da concertação entre Governo, Patronato e Sindicatos (a via

democrática), e o da integração dos intervenientes no processo (a via autocrática). Pelo primeiro, vão os Estados Unidos de Roosevelt e, no encaço, o Reino Unido e a França. Pelo segundo, vai a Itália, vai a Alemanha, vão muitos Estados onde a burguesia, trabalhadores e classes médias se deixam seduzir pelo discurso hierofante dos chefes carismáticos.

Cobre-se a Europa de ditaduras, instala-se o Fascismo – monolítico, nacionalista, militarista, totalitário (onde não há soberania popular nem liberdade política, onde a máquina do corporativismo submete e encaixa a todos os níveis patrões e trabalhadores, onde uma só força partidária ou um só movimento se apoderam do organigrama do Estado, onde o cidadão perde a dignidade de pessoa, indefeso perante a propaganda e enquadrado pela mobilização de massas). Na frente, o Nazismo de Hitler, maquiavélico na consecução da política de pleno emprego pela indústria de armamento, e, além do mais, racista e imperialista, disposto à vingança de recentes humilhações, afrontoso no projecto de alargamento do espaço vital. Muito alemão lhe dá o voto, só de pensar que pior seria o comunismo de Estaline, o czar terrível de mãos ensanguentadas por depurações e crimes de Poder arbitrário.

Sobrevém a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), soltam-se as bestas dos apocalipses infernais, travam-se batalhas ferozes na terra, no mar e no ar, o Orbe sofre os horrores nefandos da carnificina e, na monstruosa hecatombe, caem mortos milhões de homens. Pelo meio, o anti-semitismo da cruz suástica, a barbárie do Holocausto.

A Conferência de Yalta, no seguimento de outras cimeiras de vencedores (mas também de esforços pelo advento da Paz e da Justiça que fez Pio XII pela palavra das radiomensagens), resolve o fim da catástrofe. Triunfa a Democracia no Ocidente, funda-se a ONU (Organização das Nações Unidas), mas, na realidade, a História relança os dados do seu destino com a emergência de tensões entre as Superpotências – USA (Estados Unidos da América) e URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), divididas pelo fosso de separação entre o Capitalismo e o Socialismo, ideologias, estratégias económicas e modelos de sociedade. Logo disputam zonas de influência, desce sobre a Europa, entre o Leste e o Oeste, uma Cortina de Ferro, aparece a Política de Blocos, não tarda o Bloqueio de Berlim, é o começo da Guerra Fria.

Entretanto, na periferia do Continente, o Portugal do Estado Novo colhia os frutos da neutralidade possível, situado em posição secundária e correlativa a um Poder autoritário, estruturado ao estilo mussoliniano, ruralizado, cada vez mais abencerragem no sistema político, tanto quanto

no modo corporativo de desenvolvimento, no anti-capitalismo e na estagnação económica programada. Tivera, na aurora dos Anos 40, o seu apogeu de glória para demonstração espectacular da ordem interna consolidada – não só com as festas centenárias que haviam repostos os tempos míticos da Fundação e da Independência, mas também com a assinatura da Concordata de separação, realizada entre o Estado e a Santa Sé, texto singular que encerrava a Questão Religiosa e configurava uma forte componente de estabilização do Regime. Agora, que as mudanças europeias o arrastam, arranca vagarosamente, calculadamente, na adaptação à viragem da Europa Livre, que vai fazer-se de alguma disponibilidade para a descompressão política e de recurso a planos de fomento.

Era, então, o padre António Ferreira Gomes prefeito, vice-reitor e, depois, reitor do Seminário de Vilar, nas imediações da Torre da Marca, à vista da foz do rio Douro, onde o horizonte de mar e céu se faz quotidiano apelo de aventura e Liberdade. Docente, formador de jovens que se propunham subir ao sacerdócio, ligava-se também ao apostolado dos leigos, com responsabilidade pastoral na Acção Católica – realizando evangelização que abrangia assistência à Universidade, na dedicada procura de um escol para fermento de massas, a força de elite que, acima das correntes políticas, sem alinhamentos partidários nem colagens ao Regime, deveria exercer influência sobre a comunidade, segundo os princípios da Doutrina Social da Igreja. E, como síntese do Cristianismo que, em todas as circunstâncias, se referenciava à pureza das origens, ele pendurava, na parede do átrio da casa dos seus alunos (pelo étimo, os alimentados pela Mensagem), o lema paulino – “De joelhos diante de Deus, de pé diante dos homens”. Um padre assim, humilde e verdadeiro, estava preparado para ser bispo.

Ponto 4

Recupera o Mundo, na impetuosa convalescença de uma década e mais, a ONU reúne em sessões de Assembleia Geral, aréopago das Nações, sob a égide do Conselho de Segurança, no sentido estratégico de manter a harmonia entre os Povos. Tem um Mundo para reconduzir à tolerância e à fraternidade, aponta directrizes, supera fracturas e revezes, proclama a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Mas não impede que as Superpotências se confrontem no afrontamento do antagonismo e se perfilam, uma em face da outra, na vanguarda das esferas que comandam – a do Ocidente e a do Leste. É, realmente, a Guerra Fria na gestão

da ordem bipolar do Mundo dividido, guarnecida pelas formações militares da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e do Pacto de Varsóvia (União Soviética e Democracias Populares), onde a Coexistência Pacífica há-de aparecer por via da capacidade dissuasora com a qual os arsenais nucleares garantem o equilíbrio do terror. Não são, por isso, os conflitos regionais que põem em causa as supremas relações da convivência estabelecida em regime de Paz armada.

Entretanto, a dinâmica da mudança traz à cena da História o despertar definitivo do Terceiro Mundo que recebe a propulsão do anti-colonialismo na Conferência de Bandung, e vai congregar esforços defensivos no Movimento dos Não-Alinhados. Está em curso a resistência à Política de Blocos na perspectiva da criação de uma ordem multipolar, fenómeno a que as potências ascendentes (República Popular da China, Japão e Brasil) dão a bastante visibilidade. Com o mesmo vigor de alternativa credível, arranca a realização da CEE (Comunidade Económica Europeia), projecto de integração consagrado no Tratado de Roma, união aduaneira e política agrícola comum, a sonhar à distância com a Europa Unida.

Este Mundo dividido entre o Ocidente e o Oriente, que é Mundo desigual entre o Norte e o Sul (desenvolvimento e subdesenvolvimento), não passa incólume os Anos 60. Porque não só acaba de chegar a uma era de progressos de civilização (que o papa João XXIII assinala na encíclica *Pacem in Terris*), mas também sofre a contestação ao preço que houve de pagar pelos fins propostos cuja realização passava por opressões de tecnocracia ou sacrifícios da Liberdade – aquém, o ideal da sociedade de abundância, e, além, o ideal da sociedade sem classes. As insurreições de Maio de 68 que puseram Paris a arder, explosão que era uma resposta juvenil aos excessos da sociedade de consumo (a que chegara o Capitalismo na crista da onda dos Trinta Gloriosos), e as sublevações de Praga contra a prepotência do Estalinismo, recrudescido ao abrigo do internacionalismo proletário, eram, de facto, atitudes com a mesma alma insubmissa.

Passou a tempestade, ficaram as sementes da esperança. E, nas lições inelutáveis da conjuntura, os senhores do Mundo aprenderam a repensar políticas de abertura e formas de desanuviamento, donde resultou a convergência de sistemas. Era a interpretação adequada dos sinais do tempo, do pensar e do sentir que exprimiam o chamamento da nova mentalidade. Essa viragem que a Igreja do Concílio Vaticano II soube acompanhar de modo surpreendente, lavando o rosto na água cristalina das Fontes, aceitando a Liberdade religiosa, abrindo ao abraço ecuménico e ao

encontro inter-religioso, aparecendo disponível para o diálogo com o Mundo.

Atrás, no andamento ronceiro que perdera o ritmo da Europa a quem virara as costas, encerrado no marasmo da política desactualizada, vinha o Portugal da monocracia e da personalização do Poder. Apesar de algumas poucas concessões internas às forças de alternativa, e da sua presença em instâncias internacionais (nomeadamente na ONU e na OTAN), ou de visitas oficiais que desembarcaram no Terreiro do Paço (entre outras, a da rainha Isabel II de Inglaterra, para renovada consagração da Aliança Anglo-Lusa), o Regime não quebrava o gelo da autarcia e optava pelo orgulho do isolamento. Até que o esporão da Guerra Colonial feriu as portas da fortaleza. E começou o processo de ruptura que nenhum contraforte poderia estancar nem as advenientes expectativas de liberalização conseguiriam desacelerar.

Era o ano de 1969 quando regressava do exílio o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Espelhava no rosto calmo a tranquilidade de padre conciliar, na clara sintonia do seu próprio tempo. Mas, naturalmente, trazia consigo a experiência do sofrimento que remontava ao momento em que não calara a palavra que tinha de ser dita em defesa da Liberdade da Igreja. Ele encarnava a postura de independência que a sua cidade provara ter enraizada na alma, em transe de oposição heróica a toda a tirania. Mas, sobretudo e em primeiro lugar, encarnava o espírito evangélico dos cristãos que oferecem a resistência dos mansos e dos pacíficos contra o despotismo do Poder e contra as veleidades constantinianas do Estado.

Em múltiplas circunstâncias, ele realizara a fidelidade à missão do seu episcopado, logo desde o exercício apostólico na diocese de Portalegre – onde iniciara a trajectória de uma vida consagrada à causa dos pobres e oprimidos (invariavelmente buscando e dando respostas dentro dos parâmetros da Doutrina Social da Igreja, invariavelmente apontando os caminhos da Justiça). Sempre o fizera, colocado na posição de combater o bom combate pela dignidade dos filhos de Deus, pela honra inata da pessoa, onde quer que a iminência ou a prática da repressão jogasse o seu destino – na sua diocese, no seu país, ou até na sua Europa (oportuna-mente levantando a voz da denúncia dos execráveis crimes que as ditaduras totalitárias do Leste perpetravam contra a inerme Igreja do Silêncio). E quando, à vontade de seus altos recursos intelectuais, privilegiava a cultura, agarrava-lhe a substância que entendia dever formar elites de Cristianismo operante a quem competia a promoção e a valorização espiritual e humana do povo comum.

D. António vinha do exílio e, olhando atentamente o sonho e a obra, o passado, o presente e o futuro, dizia, em verdade, que o que lhe custava era ser bispo.

Ponto 5

O Mundo dos Anos 70 não corre em velocidade cruzado. Ainda que a Conferência de Helsínquia confirme a hegemonia da bipolaridade, reforçada pelo entendimento dos Grandes na manutenção das coutadas imperiais inexpugnáveis. Para medir capacidades de tecnologia avançada, prosseguem no rearmamento e na exploração astronáutica, com a prioridade que não dão à situação lancinante dos indigentes e famintos, com a indiferença que afectam perante as ameaças do equilíbrio ecológico e a brutalidade da guerrilha urbana.

De facto, ressaltam os acidentes do percurso. Não são muito sensíveis nos Regimes de guarda pretoriana (de Moscovo e satélites a Pequim de Mao e herdeiros, de Teerão de Khomeini às fazendas dos faraós de África e dos ditadores centuriões da América Latina), mas são explosivos no Ocidente (com próxima repercussão, directa ou indirecta, no Orbe inteiro), como foi o choque petrolífero, no contexto da Guerra Israelo-Árabe, conflito interminável. Treme o Capitalismo das multinacionais e dos monopólios, que, no entanto, logo responde à crise com recursos de sobrevivência acomodados à estratégia da estagnação (inflação e desemprego). Enquanto os Estados democráticos, com a União Europeia em processo de irreversibilidade, mostram quanto valem as reservas de Liberdade política.

É a altura em que, no Oeste fronteiro ao Atlântico, o Portugal da frustração e do Poder vazio, da degenerescência e das reformas abortivas, agoniza sem remédio, mergulhado nas condições que lhe apressam o colapso – o autoritarismo anacrónico numa Europa democrática, a crise do Capitalismo que lhe cai em cima, o drama da classe média e, sobretudo, o impasse da Guerra Colonial sem uma solução militar e causa do desprestígio da farda.

É o tempo em que D. António fala da Paz (na aurora de Janeiro, como o queria o papa Paulo VI), e a homilia aos seus diocesanos ressoa por toda a parte, ouvida por muitos a quem a palavra do prelado sabia a cântico profético (e não só por motivos religiosos). Quem, de perto, lhe pudesse ver a serenidade do semblante e escutar a firmeza da voz, não teria dúvidas de que o discurso era para os cristãos, elaborado e pronunciado com a

superioridade que ele colocava acima da intervenção política, a mesma serenidade com a qual o Bispo ouviu, sentado na cadeira da Sé do Porto, o discurso de exéquias com aroma discreto de oração fúnebre pelo Cônsul que o perseguiu.

Ponto 6

Entra a Humanidade nos Anos 80 e as tendências da civilização convergem na direção em que as transportava, com assimetrias e desfazamentos transponíveis, o sentido da Liberdade. Exactamente, o sentido para onde era impelido o Portugal do renascimento democrático. Não sem que tivesse de passar pelas tribulações de um processo revolucionário que o colocara à vista do precipício no qual o devia esperar um Socialismo de miséria. E foi, nessa conjuntura de cortar à faca (saturada pelo Verão Quente de 75), que o bispo do Porto voltou a falar – para ensinar o caminho da Verdade, esconjurando políticas de servidão, condenar instrumentalizações do Evangelho e apelar à reconciliação nacional.

Um dia, fez o testamento da Esperança e saiu de cena. Ainda viveu o bastante para sentir a aproximação a um Mundo novo – não tanto aquele que podia vir da agressividade de Reagan, veiculada pela Guerra das Estrelas, mas, de certo, o que iria inesperadamente resultar das propostas de Gorbatchev de Renovação e de Transparência. A sorte estava lançada – como se a salvação viesse (outra vez) do Oriente. E razões sérias havia para o pensar – até porque do Leste viera o papa João Paulo II para levar a Igreja Católica ao Terceiro Milénio.

Retirava-se D. António para a Quinta da Mão Poderosa. Quando morreu, ainda não tinha caído o Muro de Berlim. Mas o importante já não era o futuro previsível – para ele que, sete anos antes, dissera que ia preparar a Grande Viagem.

ANTÓNIO DO CARMO REIS

Abstracts

PINHO, Arnaldo – *D. António Ferreira Gomes: remarks about the living way.*
p. 299-312

This paper focuses the global thought of D. António Ferreira Gomes for three ways. To these ways are also joined the relationship between the episcopal denomination and theology according to the Christianity, and properly by the analogy between episcopacy and the Gospel formulation.

Therefore, there is the effort to find the sense of a theological bishop firstly. By the way, secondly a very significant thinker. Thirdly, the author defines the episcopal curriculum of D. Antonio Ferreira Gomes with the Church faithfulness from the S. Francis of Assis spirit.

FERREIRA, Manuel de Pinho – *A bishop precursor of the Council: the relationship between Church-State according to D. António Ferreira Gomes.*
p. 313-331

On this article, the author boards the bishop precursor of Concil your mastership about the relationship from the Church with the political community.

There is a analyse from pre-conciliar doctrine from D. António Ferreira Gomes, by two exile's attempts (1960), publishing posthumously in: "A Igreja na vida pública, Catolicismo português e historicidade" (Porto, 2003). The author describes the formulation: "A Igreja como serviço público" on the time where D. António Ferreira Gomes was bishop at Portalegre (1948-1950). On this political work there are approximation from the pastoral activity with the doctrine about relations Church and political community introduced in the Vatican-II Council, properly according to the pastoral Constitution – *Gaudium et Spes*.

Ago five years after, D. António has tendered another text: "Sociedade de religião vital" agrees with the relation's regimen, that was ordained by the